

**ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS
DE ASSOCIAÇÃO**

_____ No dia dezasseis de julho de dois mil e vinte, no Cartório Notarial sito na Rua João de Deus, 23-A, em Sintra, perante mim, Diovana Barbieri, Oficial Público e Notária deste Cartório, compareceu: _____

_____ CÉSAR MIGUEL DUARTE ANTUNES, casado, natural da freguesia de Almargem do Bispo, concelho de Sintra, e residente na Rua da Peixeira, nº 17-A, Aruil, Almargem do Bispo, Sintra, titular do cartão de cidadão nº 10803161 6 ZX5, válido até 18.04.2029, emitido pela entidade competente da República Portuguesa. _____

_____ Que outorga, na **qualidade** de **presidente da direção**, em nome e representação da associação de direito privado, denominada **"SOCIEDADE RECREATIVA DESPORTIVA ARUILENSE"**, pessoa coletiva com o NIPC 501.608.613, com sede no Largo do Rossio, nº 1, Aruil, código postal: 2715 - 407, União de freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, concelho de Sintra. _____

_____ **Verifiquei:** _____

_____ a) A **identidade** do outorgante pela exibição do seu referido documento de identificação. _____

_____ b) A **qualidade** em que outorga e os **poderes** para o ato pelas atas nºs 1/2020 (eleição dos órgãos sociais) e 2/2020 (alteração estatutária) da assembleia geral da referida associação. _____

_____ **PELO OUTORGANTE, NA INVOCADA QUALIDADE, FOI DITO:**

_____ Que em reunião da assembleia geral da associação que representa, que teve lugar no dia catorze do corrente mês de julho, da qual foi lavrada

a referida ata número dois, de dois mil e vinte, foram alteradas várias disposições dos estatutos, não tendo no entanto sido alteradas a sua denominação, sede e objeto social, tendo-se procedido à sua remodelação integral. _____

_____ Que, em cumprimento do deliberado, pela presente escritura formaliza a alteração dos estatutos da identificada associação, relativamente apenas ao parágrafo único do artigo 23º e à alínea c) do artigo 39º, que passam a ter a seguinte redação: _____

Artigo 23º

.....
_____ Parágrafo único. As convocatórias para as reuniões da assembleia geral poderão também ser efetuadas através de publicação fixada na sede da sociedade e noutros locais de uso público dentro da localidade de Aruil, em complemento da convocatória por aviso postal. _____

Artigo 39º

_____ Compete ao Conselho Fiscal: _____

.....
_____ c) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros, em todas as sessões da Direção. _____

.....
_____ Que fica a fazer parte integrante da presente escritura o documento complementar com o articulado integral dos estatutos da associação, com as alterações introduzidas. _____

_____ **ASSIM O OUTORGOU.** _____

_____ **ARQUIVO:** _____

DB

**DIOVANA
BARBIERI**
CARTÓRIO NOTARIAL

Livro 7

Fls. 112

_____ a) As duas referidas atas da assembleia geral da associação; _____

_____ b) O referido documento complementar. _____

_____ **ESTA ESCRITURA** foi lida e explicado o seu conteúdo ao outorgante e conferida fé pública por delegação do Estado Português. _____

. *Caro Miguel Duarte Santos*

A Notária, *[Assinatura]*

Conta registada sob o nº. *FAE 1/1260/001/2020*

[Assinatura]

Carmo Nth
th

DOCUMENTO COMPLEMENTAR ELABORADO NOS TERMOS DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO SESSENTA E QUATRO DO CÓDIGO DO NOTARIADO, QUE INSTRUI A PRESENTE ESCRITURA EXARADA A FOLHAS 116 DO LIVRO 7, CARTÓRIO NOTARIAL EM SINTRA, DIOVANA BARBIERI. _____

CAPÍTULO PRIMEIRO

DENOMINAÇÃO E FINS

Artigo primeiro - A Sociedade Recreativa Desportiva Aruilense é uma colectividade de carácter recreativo e desportivo com sede na povoação de Aruil, da União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, concelho de Sintra, sendo constituída por indivíduos de ambos os sexos, nascidos ou residentes na referida povoação de Aruil ou ainda com interesses ou afinidades a ela ligados.-----

Artigo segundo - A Sociedade Recreativa Desportiva Aruilense tem por fim o desenvolvimento cultural e físico dos seus associados, promovendo a prática dos desportos e o recreio por meio de festas, cinema, bailes, jogos lícitos e teatro amador.----

Artigo terceiro - São interditas na colectividade quaisquer actividades de carácter político e religioso.-----

CAPÍTULO SEGUNDO

BANDEIRA E INSÍGNIAS DA SOCIEDADE

Artigo quarto - As cores representativas da sociedade são: AZUL E BRANCA-----

Artigo quinto - Terá uma bandeira privativa com as seguintes características: Rectangular com a côr azul numa face e a côr branca na face oposta.-----

Artigo sexto - O emblema tem as seguintes características: Um escudo com três castelos na parte superior e as letras SRDA circundando o escudo.-----

CAPÍTULO TERCEIRO

DOS SÓCIOS, SUA CLASSIFICAÇÃO E ADMISSÃO

Artigo sétimo - Os sócios serão classificados em duas categorias:-----

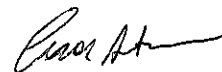
a) Efectivos;-----

b) Beneméritos.-----

Artigo oitavo - Serão sócios efectivos, todos os indivíduos de ambos os sexos, que satisfaçam as condições seguintes:-----

a) Ser natural ou residente na povoação de Aruil ou ter interesses a ela ligados.-----

b) Gozar de boa reputação moral e civil.-----



Parágrafo único - Os indivíduos com idade inferior a 14 anos têm direito a associar-se desde que previamente autorizados, por escrito, por quem detenha as respectivas responsabilidades parentais.-----

Artigo nono - Serão sócios beneméritos;-----

Os indivíduos ou organismos que tenham contribuído com quaisquer ofertas ou legados para a Sociedade ou que de outra forma tenham dado o seu interesse para benefício da Sociedade.-----

Artigo décimo - A admissão de sócios beneméritos a que se refere o artigo nono é da competência da Assembleia geral da Sociedade por proposta fundamentada da Direcção.-

Artigo décimo primeiro - Quando for aprovada a admissão de qualquer proposto, será feita a comunicação ao interessado e, no caso de rejeitada, ao proponente, que poderá recorrer para a Assembleia Geral da decisão que foi tomada.-----

CAPÍTULO QUARTO

DEVERES DOS SÓCIOS

Artigo décimo segundo - Os deveres dos sócios, são os seguintes:-----

- a) Ter em ordem o pagamento dos encargos pecuniários para com a Sociedade;-----
- b) Servir gratuitamente os cargos ou lugares para que foi nomeado ou eleito;-----
- c) Adquirir um exemplar dos Estatutos da Sociedade;-----
- d) Fornecer uma fotografia, tipo "passe" para o seu cartão de sócio;-----
- e) Participar por escrito a mudança de residência;-----
- f) Cumprir com as disposições estabelecidas nos Estatutos bem como as deliberações da Direcção ou da Assembleia geral;-----
- g) Zelar pelos interesses da Sociedade, promovendo por todos os meios legítimos o seu prestígio e engrandecimento.-----

Artigo décimo terceiro - Os encargos pecuniários consistem na quota mensal mínima de 1 (um) Euro, que corresponde à posição dos sócios da categoria de efectivos.-----

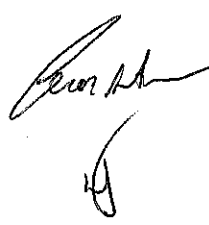
Parágrafo único - Os sócios beneméritos não estão sujeitos à obrigatoriedade do pagamento da quota mensal.-----

CAPÍTULO QUINTO

DIREITOS DOS SÓCIOS

Artigo décimo quarto - Os direitos dos sócios são os seguintes:-----

- a) Frequentar a sede social;-----
- b) Apresentar propostas para novos sócios, votar nas assembleias gerais e serem titulares dos órgãos sociais desde que tenham idade igual ou superior a catorze anos-----

- 
- c) Examinar os livros e contas da Sociedade nas épocas próprias;-----
d) Beneficiar do adiamento até seis meses, do pagamento de quotas, desde que, por se encontrar em precárias condições económicas, assim o solicitem, por escrito, à Direcção;-
e) Requerer directamente ao Presidente da Assembleia geral a convocação extraordinária da mesma, nos termos da alínea b) do artigo vigésimo quinto;-----
f) Usufruir de todos os benefícios que a Sociedade venha a conceder.-----

CAPÍTULO SEXTO

PENALIDADES

Artigo décimo quinto - Será eliminado de sócio, aquele que;-----

- a) Não satisfazer os encargos pecuniários com a Sociedade durante seis meses consecutivos, passados que sejam trinta dias depois de avisados por carta da Direcção, salvo quando se encontre nas condições da alínea d) do artigo décimo quarto;-----
b) Difame qualquer dos consócios ou membros dos Corpos Gerentes, em matéria de Sociedade;-----
c) Contrarie ou desprestige por qualquer forma a acção da Sociedade;-----
d) Tenha mau comportamento moral ou civil ou pratique actos que, em acção judicial, o condene;-----
e) Cause prejuízo grave e intencional à Sociedade.-----

Artigo décimo sexto - A expulsão só pode ser imposta por deliberação da Assembleia geral, mediante proposta da Direcção.-----

Parágrafo único - Qualquer sócio pode demitir-se livremente, bastando para isso que o comunique por escrito à Direcção, não tendo contudo direito a qualquer reembolso ou restituição de quotas pagas.-----

CAPÍTULO SÉTIMO

CORPOS GERENTES

Artigo décimo sétimo - A Administração da Sociedade Recreativo e Desportiva Aruilense é exercida gratuitamente pelos seguintes corpos gerentes:-----

- a) Mesa da Assembleia geral;-----
b) Direcção;-----
c) Conselho Fiscal.-----

Artigo décimo oitavo - Todos os cargos dos corpos gerentes, são de eleição em Assembleia geral e pelo período de 1 (um) ano.-----

Parágrafo primeiro - É permitida a reeleição.-----

Parágrafo segundo - Não são acumuláveis os cargos dos diferentes corpos gerentes.-----



Artigo décimo nono - Se o sócio que for eleito para qualquer cargo não tomar posse, ou tomando-o o abandonar, será chamado à efectividade o suplente.-----

Artigo vigésimo - Os sócios que recebam qualquer remuneração pelos serviços prestados à Sociedade, que sejam seus fornecedores ou que tenham com ela contratos de qualquer natureza, não são elegíveis.-----

Artigo vigésimo primeiro - As deliberações da Assembleia geral, da Direcção e do Conselho Fiscal, provam-se pelas suas actas depois de aprovadas e assinadas.-----

CAPÍTULO OITAVO

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo vigésimo segundo - A Assembleia geral, onde residem todos os poderes da Sociedade dentro dos limites da lei e dos presentes estatutos, é constituída pelos sócios efectivos, no pleno uso dos seus direitos.-----

Artigo vigésimo terceiro - As reuniões da Assembleia geral dividem-se em ordinárias e extraordinárias, devendo ser convocadas por aviso postal a expedir para cada um dos sócios, com antecedência de oito dias, nele se indicando o local, dia e hora bem como os assuntos compreendidos na ordem dos trabalhos.-----

Parágrafo único – As convocatórias para as reuniões da Assembleia geral poderão também ser efectuadas através de publicação afixada na sede da Sociedade e noutros locais de uso público dentro da localidade de Aruil, em complemento da convocatória por aviso postal.-----

Artigo vigésimo quarto - A Assembleia geral reúne ordinariamente no princípio de cada ano e até final do mês de Fevereiro, para tratar da eleição dos Gerentes, quando a ela houver lugar e para discussão e aprovação do relatório e contas da Direcção do ano anterior e parecer do Conselho Fiscal.-----

Parágrafo único - As contas com os respectivos documentos devem estar patentes oito dias antes, a fim de serem examinadas pelos sócios.-----

Artigo vigésimo quinto - A Assembleia geral reunirá extraordinariamente:-----

- a) Por iniciativa dos Corpos Gerentes;-----
- b) A requerimento de um terço dos sócios efectivos na plenitude dos seus direitos, obrigando-se a maioria dos requerentes a comparecer e designando claramente o motivo do seu requerimento.-----

Parágrafo único - Quando a Assembleia geral convocada em conformidade com a alínea b) deste artigo não reúne por falta de comparência da maioria dos requerentes, ficam os

sócios que faltaram proibidos, durante 1 ano, de requererem Assembleias gerais Extraordinárias e a cargo dos requerentes as despesas feitas para a convocação.-----

Artigo vigésimo sexto - Sem prejuízo do disposto no número quatro do Artigo cento e setenta e cinco do Código Civil, as Assembleias Gerais funcionarão, em primeira convocação, com a presença de metade, pelo menos, dos sócios e, não havendo quórum, poderão funcionar uma hora depois em segunda convocação com qualquer número, desde que o aviso referido no artigo vigésimo terceiro assim o determine.-----

Artigo vigésimo sétimo - A Assembleia geral deliberará somente sobre os assuntos para que for convocada. No entanto, nas reuniões ordinárias e só nestas, é obrigatório conceder, antes ou depois da ordem do dia, trinta minutos para discussão de outros assuntos.-----

Artigo vigésimo oitavo - A Mesa da Assembleia geral é composta de:-----

- a) Um Presidente;-----
- b) Um Vice-Presidente;-----
- c) Um Secretário.-----

Artigo vigésimo nono - Compete ao Presidente da Mesa:-----

- a) Convocar a Assembleia geral a requerimento da Direcção nos termos dos Estatutos, dirigir os trabalhos, orientar os debates, resolver as dúvidas levantadas e declarar os assuntos devidamente esclarecidos depois de convidada a Assembleia geral a pronunciar-se;-----
- b) Advertir os oradores quando se desviarem do assunto em discussão ou quando as suas palavras se tornem injuriosas ou ofensivas, retirando-lhes o uso da palavra e, quando não forem acatadas as suas indicações, convidá-los a abandonar a sala de reuniões;-----
- c) Dar posse aos Corpos Gerentes eleitos;-----
- d) Assinar os avisos convocatórios, rubricar os livros das actas da Assembleia geral e do Conselho Fiscal e o da posse dos Corpos Gerentes e assinar os respectivos termos de abertura e encerramento.-----

Parágrafo único - O Vice-Presidente substitui o Presidente nos seus impedimentos.-----

Artigo trigésimo - Compete especialmente ao Secretário:-----

- a) Todo o expediente da Mesa, fazer as chamadas e as leituras indispensáveis, ordenar os assuntos a submeter à votação, organizar as listas de presenças, as inscrições dos sócios que pretendam usar da palavra e anotar todos os elementos necessários para a elaboração da acta da secção;-----
- b) Arquivar todos os documentos da Assembleia geral.-----



Artigo trigésimo primeiro - A Direcção é composta por:-----

Um Presidente-----

Um Vice-Presidente-----

Um Secretário-----

Um Vice-Secretário-----

Um Tesoureiro-----

Um Vice-Tesoureiro-----

Um Vogal-----

Parágrafo primeiro - A Direcção só funcionará legalmente achando-se presente a maioria dos seus membros.-----

Parágrafo segundo - Na falta ou impedimento do Tesoureiro é substituído pelo Vice-Tesoureiro.-----

Artigo trigésimo segundo - Compete à Direcção da Sociedade:-----

a) Promover a sua administração em conformidade com os Estatutos, regulamentos e resoluções da Assembleia geral;-----

b) Organizar a escrita de modo a conhecer-se claramente a situação financeira da Sociedade;-----

c) Admitir sócios que satisfaçam as condições previstas nestes estatutos e propor à Assembleia geral a nomeação dos sócios beneméritos a que se refere o artigo nono;-----

d) Comunicar aos sócios a sua admissão;-----

e) Elaborar os Regulamentos necessários à perfeita execução dos Estatutos, submetendo-os à aprovação da Assembleia geral;-----

f) Ter as contas devidamente organizadas e documentadas, facultando-as sempre que o Conselho Fiscal o exija e em dia, a escrituração e o livro de actas das sessões;-----

g) Arquivar devidamente todos os documentos;-----

h) Contratar o pessoal que for julgado necessário, fixar-lhe a remuneração e dispensá-lo quando julgar conveniente ou para isso tenha motivo;-----

i) Reunir ordinariamente, pelo menos, duas vezes por mês, ficando ao Presidente a faculdade de convocar todas as reuniões que sejam convenientes;-----

j) Cumprir e fazer cumprir os estatutos, Regulamentos e as deliberações da Assembleia-geral;-----

k) Requerer ao Presidente da Mesa a convocação da Assembleia geral;-----

l) Aceitar heranças, legados, doações e subsídios;-----

Carla A. M.
6

- m) Solicitar às entidades do direito público a realização de obras julgadas necessárias e convenientes na localidade de Aruil e subsidiá-las consoante permitir a situação financeira da Sociedade;-----
- n) Adquirir o mobiliário ou quaisquer outros artigos necessários ao funcionamento da Sociedade;-----
- o) Comparecer ou fazer-se representar em todas as Assembleias-gerais;-----
- p) Depositar nas instituições bancárias “Crédito Agrícola” e “Millennium BCP” ou em qualquer outra instituição bancária, em nome da Sociedade, os seus valores monetários;-
- q) Nomear Comissões e Secções que julgar necessárias para o bom funcionamento da Sociedade, que deverão ser sempre presididas por um membro directivo;-----
- r) Autorizar, quando solicitado por escrito, para que as Comissões ou Secções eleitas, possam agregar entre si, outras-pessoas ou sócios da Sociedade;-----
- s) Elaborar e tomar público o relatório das contas da Sociedade referentes a cada exercício, o qual será apresentado na Assembleia geral ordinária.-----

Artigo trigésimo terceiro - No dia designado para a sua substituição, cumpre à Direcção cessante entregar à nova Direcção todos os haveres, de que esta passará documento comprovativo de recebimento e conferência.-----

Artigo trigésimo quarto - Compete ao Presidente da Direcção:-----

- a) Convocar as reuniões da Direcção.-----
- b) Dirigir as reuniões, regular os trabalhos das mesmas, que deverá manter na devida ordem-----
- c) Fazer cumprir tudo o que for deliberado nas reuniões bem como nas Assembleias-gerais.-----
- d) Visar os documentos de receita e despesa.-----
- e) Dar despacho ao expediente e providenciar em todos os casos não previstos nos estatutos e que não possam esperar pela reunião da Direcção.-----
- f) Rubricar todos os livros de tesouraria assinando todos os termos de abertura e encerramento.-----
- g) Assinar cheques e ordens de pagamento conjuntamente com o Tesoureiro.-----
- h) Assumir a responsabilidade de segurança relativa às medidas de autoprotecção do edificio sede da Sociedade-----

Artigo trigésimo quinto - Compete aos Secretários:-----

- a) Redigir toda a correspondência resultante das deliberações da Direcção.-----
- b) Arquivar todos os documentos da Direcção.-----



c) Elaborar o relatório anual da Gerência.-----

Artigo trigésimo sexto - Compete ao Tesoureiro:-----

a) Guardar todas as receitas, promovendo o depósito das julgadas disponíveis, de harmonia com o disposto na alínea p) do artigo trigésimo terceiro.-----

b) Proceder ao pagamento das despesas, depois de autorizadas em reunião da Direcção e visados os respectivos documentos pelo seu Presidente.-----

c) Escrever as receitas e despesas da Sociedade.-----

d) Assinar os recibos das quotas e mais documentos da Tesouraria.-----

e) Assinar os cheques conjuntamente com o Presidente.-----

f) Elaborar mensalmente uma folha de caixa, que será apresentada na primeira reunião da Direcção de cada mês e trimestralmente um balancete do razão.-----

Artigo trigésimo sétimo - Compete ao Vogal:-----

Auxiliar os seus colegas na gerência da Sociedade, desempenhando os serviços de que forem incumbidos em reunião de Direcção.-----

CAPÍTULO DÉCIMO

CONSELHO FISCAL

Artigo trigésimo oitavo - O Conselho Fiscal é composto por:-----

a) Um Presidente-----

b) Um Vice-presidente-----

c) Um Secretário-----

Parágrafo único – Além dos elementos efectivos, eleger-se-á 1 (um) suplente que entrará em funções na falta ou impedimento daqueles.-----

Artigo trigésimo nono - Compete ao Conselho Fiscal:-----

a) Exercer a fiscalização das contas da Sociedade, examinando-as sempre que julgar necessário.-----

b) Solicitar ao Presidente da Assembleia a convocação de reunião extraordinária da Assembleia quando julgar necessário.-----

c) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros, em todas as sessões da Direcção.-----

d) Dar o seu parecer sobre o relatório e contas.-----

e) Verificar com frequência, as disponibilidades da Tesouraria.-----

Parágrafo primeiro - O Conselho Fiscal reúne ordinariamente no fim de cada mês e extraordinariamente quando o Presidente ou a maioria dos seus membros o julgar conveniente.-----

Parágrafo segundo - Sempre que um membro do Conselho Fiscal o reclame, a Direcção é obrigada a facultar-lhe o exame de toda a documentação escrita.-----

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO

FUNDOS

Artigo quadragésimo - Os fundos da Sociedade Recreativa e Desportiva Aruilense são constituídos por:-----

- a) Quotização dos sócios.-----
- b) Montante da venda dos exemplares dos Estatutos e do Cartão de Identidade.-----
- c) Juro das importâncias depositadas e capitalizadas.-----
- d) Ofertas, ou dádivas, que à Sociedade forem feitas.-----
- e) Bens móveis e imóveis.-----
- f) Heranças, legados e doações a favor da Sociedade.-----
- g) Outras receitas não especificadas.-----
- h) Fundos especiais que venham a ser criados por determinação dos Corpos Gerentes.---
- i) Resultados das actividades levadas a cabo pela Sociedade.-----

Artigo quadragésimo primeiro - O dinheiro pertencente à Sociedade será depositado nas instituições bancárias Crédito Agrícola e Millennium BCP ou em qualquer outra instituição bancária, à ordem da Direcção.-----

Parágrafo único - O depósito monetário será feito por forma que qualquer importância só poderá ser levantada mediante as assinaturas do Presidente da Direcção e do Tesoureiro.-

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO

DISSOLUÇÃO

Artigo quadragésimo segundo - A extinção voluntária da Sociedade terá de ser deliberada em Assembleia geral expressamente convocada para esse fim e aprovada por um número de votos não inferior a três quartos da totalidade dos sócios existentes.-----

Artigo quadragésimo terceiro - Aprovada a extinção, será pela Assembleia geral nomeada uma Comissão Liquidatária que procederá à liquidação do património da Sociedade, revertendo o remanescente em partes iguais, a favor das pessoas mais necessitadas economicamente do lugar de Aruil.-----

Parágrafo único - Essa comissão, formada por quatro elementos que não podem ter parentesco entre si, será presidida pelo Presidente da Direcção, ou por qualquer membro da Direcção que, além de orientar os trabalhos, servirá para desempate no caso de ser necessário proceder-se a qualquer votação.-----

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo quadragésimo quarto - A gerência financeira e económica da Sociedade será feita por anos civis sendo referentes a eles os orçamentos, relatórios e contas respectivas.-

Artigo quadragésimo quinto - A Sociedade Recreativa e Desportiva Aruilense não pode repudiar heranças que lhe sejam feitas, desde que a aceitação seja sempre a benefício de inventário.-----

Artigo quadragésimo sexto - Estes Estatutos só poderão ser alterados depois de deliberação tomada por três quartos dos sócios presentes na Assembleia geral, especialmente convocada para esse fim.-----

Artigo quadragésimo sétimo - Nos casos não previstos nos presentes Estatutos, a Sociedade reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis.-----

Carlos Miguel Duarte Gomes

Audálio